

A. I. N° - 118973.0011/01-5
AUTUADO - GINJO AUTO PEÇAS LTDA.
AUTUANTE - THILDO DOS SANTOS GAMA
ORIGEM - INFAZ PIRAJÁ
INTERNET - 22. 03. 2002

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0089-04/02

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E ARROLADAS NA PORTARIA N° 270/93. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Infrações não caracterizadas. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 11/12/01, exige ICMS, no valor total de R\$ 2.203,99, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, no valor de R\$ 1.690,27, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos anexos 69 e 88.
2. Deu entrada no estabelecimento a mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Foi indicada multa no valor de R\$ 1.513,72.

Tempestivamente, o autuado interpôs defesa. Nela, o defendente argumentou que as notas fiscais relacionadas à fl. 9 foram escrituradas no seu livro Registro de Entradas e que o imposto devido por antecipação tributária foi pago. Como prova de suas alegações, às fls. 72 a 87, o contribuinte juntou fotocópias autenticadas em cartório dos seguintes documentos: notas fiscais arroladas pelo autuante; páginas do livro Registro de Entradas onde as notas fiscais foram escrituradas; Documentos de Arrecadação Estadual – DAEs – referentes aos pagamento efetuados. Ao final, solicitou que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

Na informação fiscal, o autuante acata o argumento defensivo e opinou pela improcedência do lançamento em questão.

VOTO

Da análise das peças e comprovações que integram o processo, constato que o autuado comprovou a escrituração, no seu livro Registro de Entradas, dos documentos fiscais arrolados pelo autuante à fl. 9, bem como o pagamento tempestivo do imposto devido por antecipação tributária que foi cobrado no presente lançamento. Portanto, considero que as acusações foram elididas pelo contribuinte e que o Auto de Infração em lide não pode subsistir, fato que é reconhecido pelo próprio autuante.

Pelo acima exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 118973.0011/01-5, lavrado contra **GINJO AUTO PEÇAS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de março de 2002.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANSELMO LEITE BRUM - JULGADOR